

AS FACES DA MORTE. DO BRONZE PARA O FERRO, ENTRE O NORTE E O SUL DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

por

Raquel Vilaça*

Resumo

O conhecimento dos espaços, dos rituais e das materialidades da morte de finais da Idade do Bronze na área mais ocidental da Península Ibérica é bastante deficitário. Tal significa que a investigação sobre o assunto oferece grande potencial ainda por explorar, pois a ideia, que vingou durante algum tempo, da inexistência de sepulturas e de espaços da morte no mundo atlântico peninsular da transição do II para o I milénio a.C. tem-se revelado desadequada às evidências emergentes ou reinterpretadas. A investigação dos últimos anos tem demonstrado a necessidade de se recorrer a novas estratégias de abordagem, no tempo e no espaço em questão. Um tempo de profunda transformação a distintos níveis. Um espaço de cruzamento de múltiplas influências, com comunidades pautadas por dinâmicas várias e com heranças culturais igualmente díspares. Não se estranha, assim, que a principal nota a explorar neste texto se debruce sobre a diversidade de acções, reacções, práticas, processos, rituais, espaços, materiais, visibilidade e invisibilidade da morte. A ausência de padronização traduz-se na pluralidade das “*faces da morte*”, do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território português.

Abstract

The knowledge regarding spaces, rituals and materials connected to death in the Late Bronze Age at the most western side of the Iberian Peninsula is quite limited. This means the investigation regarding this subject presents itself with great potential yet to be explored, since that, for quite some time, the dominant idea was that the graves and death spaces were unexistent in the Atlantic peninsular world, during it's transition between the II and I millennium b. C. Such idea has proven itself inadequate in light of emerging or reinterpreted evidence. Most recent investigation has demonstrated the need to resort to new approach strategies, more appropriate to the time and space in question – a time of deep transformations in the most distinct levels; and a crossing space of multiple influences, with communities based on various dynamics and equally diverse cultural heritages. As such, one isn't surprised to note that the main theme explored in this text is the diversity of actions, reactions, practices, processes, rituals, spaces, materials, visibility and invisibility of death. The lack of a fixed pattern translates itself in the variety of “*faces of death*”, between the Bronze and Iron Age, from the North to the South of the Portuguese territory.

Palavras-chave

Morte

Diversidade

Bronze Final /

Ferro Inicial

Keywords

Death

Diversity

Late Bronze

Age / First Iron

Age

* Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAACP/FCT. (rvilaca@fl.uc.pt)

1. No rasto da morte

As práticas funerárias dos finais da Idade do Bronze, tal como da Idade do Ferro, não são bem conhecidas no Centro-oeste e no Noroeste da Península Ibérica, bem como, de um modo geral, na sua fachada atlântica. Com estas palavras inicia-se o texto que, há 14 anos, avaliou e discutiu a informação então disponível para o Centro do território português e regiões limítrofes (Vilaça e Cruz, 1999).

Essa síntese, talvez insuficientemente divulgada, mas ainda assim, base de referência recorrente em alguns trabalhos, inseria-se em projecto do qual resultaram novos conhecimentos, na sua maioria já publicados; outros sê-lo-ão em breve.

Não obstante os novos contributos, quer resultantes do próprio projecto, quer da investigação entretanto realizada por outros investigadores, as linhas gerais expostas naquele texto não sofreram alterações de fundo no que respeita a região Centro. Duas conclusões principais foram então apresentadas: por um lado, e em oposição aos discursos então dominantes, demonstrou-se existirem testemunhos materiais de carácter mortuário, com espaços próprios, embora nem sempre fáceis de identificar; por outro, defendeu-se a necessidade de reconhecer diversidade, i.e. não regularidade, das práticas e rituais funerários de finais da Idade do Bronze (Vilaça e Cruz, 1999: 84).

Assim, se alguma norma é perceptível, ela é, justamente, a ausência dela, seja pela variabilidade dos espaços, das estruturas, dos materiais, dos rituais, desde logo com a coexistência no tempo, mas não nos mesmos espaços, de inumações e de incinerações, seja pela apetência a uma certa invisibilidade com que a morte (não) se expressa, o que, por definição, deixa em aberto múltiplas hipóteses.

Face à identificação de novas estruturas tumulares e a valorização de situações conhecidas de há muito, procurou-se demonstrar também que a suposta ausência ou raridade de sepulturas nos finais da Idade do Bronze da fachada atlântica portuguesa resultava mais de generalizações interpretativas importadas do mundo atlântico extra-peninsular (deposição preferencial em meio aquático e práticas de incineração, por exemplo), do que propriamente das quase desconhecidas, mas ainda assim, evidências empíricas portuguesas. Aliás, os importantes trabalhos desenvolvidos por Philine Kalb e Martin Höck na região de Viseu tinham já refutado a opinião de que não existiam sepulturas desta época em Portugal (Kalb e Höck, 1979).

Sublinhava-se ainda naquela síntese que, a par da imprescindibilidade da investigação sistemática neste domínio, o olhar não se podia confinar a uma perspectiva clássica de entendimento da morte reduzida a inumações e a incinerações formalizadas, de enterramentos em espaços concebidos ou reaproveitados para tal fim e devidamente acompanhados do designado “*espólio funerário*” (Vilaça, 1999: 180; Vilaça e Cruz, 1999: 76). A morte, e seus rituais, vão mais além.

Recorde-se que é também fundamental encarar o fenómeno da morte nessas sociedades arcaicas não como um momento, mas como um processo desenrolado em vários actos traduzidos através de cerimónias fúnebres, com distintos tempos, cenários e intervenientes. É bem verdade que a existência envolve três (e não duas) fases: a vida, a morte e a transição de uma para a outra. As tumulações e os espaços funerários propriamente ditos são apenas parte, e não necessariamente a mais importante, de uma cadeia de rituais de passagem integrando, decerto, encenações várias: umas, materializáveis em actos, que às vezes deixaram rasto; outras, corporais, ou com suporte corporal (posturas, cânticos, preces, danças, gestos, olhares, etc.), esfumaram-se no próprio momento, sendo memórias perdidas, que mal cabem na Arqueologia.

Este é o primeiro desafio que o estudo da morte na região e tempo em análise nos coloca. Trata-se de uma morte “*fugidia*”, pouco expressiva, muitas vezes invisível, eventualmente dispersa e certamente nem sempre protegida, enfim, com múltiplas faces e disfarces, cujo rasto, quando existe, se traduz em diversas e até inesperadas situações. E é também a primeira certeza: as comunidades replicaram com diversas respostas ao incontornável poder da morte.

O segundo desafio, de que aquele depende, é, evidentemente, a absoluta necessidade de prosseguir e multiplicar projectos de investigação centrados nestas problemáticas, pois são ainda muito insuficientes os dados e contextos bem caracterizados e apenas sugestivas algumas pistas que importará aprofundar. Porém, a abominável situação do mundo que hoje conhecemos, e que sentimos muito perto na nossa realidade do dia-a-dia, limita e condiciona de sobremaneira a criação e concretização de ambiciosos projectos, que exigem muito tempo e dinheiro. Há que percorrer, entretanto, outros caminhos, tentando explorar a informação disponível.

Recentemente, num outro lugar (Vilaça, no prelo), revisitámos já antigos achados e contextos, de interesse bem diverso, pois alguns estão circunscritos a sumária informação, enquanto outros, como a necrópole de incineração do Paranho (Tondela) (Coelho, 1925; Cruz *et al.*, 1997), proporcionaram informação de elevado interesse.

Centremo-nos aqui em outras problemáticas, começando pela prevalência de tradições, pela resistência à mudança.

2. Marcas de ancestralidade

No quadro da pluralidade de acções e reacções perante a morte por parte das comunidades de finais da Idade do Bronze no espaço e tempo em análise, contam-se aquelas que expressam uma ligação ao passado, ou se quisermos, uma perduração do passado no (seu) presente, evidenciando tradições e raízes que se mantiveram, naturalmente reinterpretadas, filtradas e *esculpidas pelo tempo*, utilizando a conhecida metáfora de Marguerite Yourcenar.

A mais expressiva manifestação deste fenómeno corresponde à apropriação física e simbólica de antigos espaços, lugares e contextos, ou seja, de preexistências que podemos sistematizar em, pelo menos, três tipos de situações.

A primeira corresponde à reutilização de grutas como espaços funerários de longa duração. Embora com problemas diversos por esclarecer (Vilaça, no prelo), é muito provável que determinadas comunidades tenham continuado a enterrar os seus mortos em grutas, como faziam seus antepassados numa certa linha de continuidade que parece estar subjacente.

A segunda integra as situações em que se reusam, com ou sem alterações, antigas estruturas. É neste conjunto que podemos integrar a reutilização de monumentos megalíticos, com todo o poder simbólico que sempre exerceram ao longo do tempo, fenómeno este presente em diversas regiões e cuja investigação conheceu nos últimos anos renovado interesse (v.g. García Sanjuan, 2005 e diversos textos ulteriores, entre outros autores).

Na Beira Alta, um deles é o de Rapadouro 1 (Pendilhe), monumento em cuja câmara, rectangular, foram recolhidos alguns ossos humanos com indícios de terem sido submetidos ao fogo (Cruz, 2001: 111-113; 185). Um outro é o monumento 2 de Fonte da Malga (Côta, Viseu), de câmara simples, em cujo *tumulus* foi inserida uma cista correspondendo a tumulação secundária datável de finais da Idade do Bronze (Kalb e Höck, 1979; Kalb, 1994).

Outros possíveis indícios de reutilização de antigos monumentos megalíticos correspondem a achados de materiais dispersos, como na Orca do Picoto do Vasco (Pendilhe) (Cruz, 2001: 186 e fig. 74-3), os quais podem apontar apenas para visitas sem qualquer reutilização efectiva, i.e., formalizada, seja em finais da Idade do Bronze, seja da Idade do Ferro.

Se, da Beira, passarmos à Estremadura portuguesa, confrontamo-nos com uma outra situação mais complexa correspondente a estruturas funerárias que lembram *tholos* (ou se construiu à maneira de *tholos*) com materiais do Bronze Final. A questão de estes corresponderem a reutilizações de espaços de época calcolítica, ou, pelo contrário, estarem directamente articulados com a sua construção, é pertinente.

Este assunto, a seu tempo equacionado (Vilaça e Cruz, 1999: 80), viria a merecer atenção

no âmbito da revisão de estudos de casos, como sucedeu com a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Cardoso, 1999-2000: 400-405; 2000 b) e sobre o qual também tivemos oportunidade de tecer algumas considerações (Vilaça e Cunha, 2005). A reanálise do monumento no quadro do projeto, em curso, “*Valorização de Património Arqueológico, no âmbito da candidatura: Arrábida a Património Mundial*” poderá trazer novos contributos, nomeadamente relativos à sua cronologia de construção e de ritualização do espaço fronteiriço ao monumento.

Já os responsáveis pela escavação tinham admitido poder ser estrutura indígena de tipo *tholos* reutilizada no Bronze Final (Spindler *et al.*, 1973-74: 117-118), hipótese posteriormente valorizada (Belén *et al.*, 1991: 237). O assunto não é, porém, de inequívoca leitura, pois também foi referida a recolha, em níveis de construção do monumento, de fragmentos cerâmicos correspondentes a taça carenada típica do Bronze Final (Spindler *et al.*, 1973-74: 124 e 149). Mas importa reter que, na hipótese de reutilização para acolher os dois varões inumados por volta do séc. X a.C., também terá sido feita completa “*limpeza do passado*” do interior da câmara, de que não há (ou não restam?) quaisquer vestígios (Vilaça e Cunha, 2005).

A terceira situação compreende casos em que se constrói de novo, sobretudo pequenos *tumuli*, mas em lugares adjacentes ou na órbita de antigos monumentos, que não chegam a ser diretamente re-sacralizados. Trata-se, aqui, de um processo de natureza distinta, em que se alteram e complexificam os mesmos sítios com a recriação de novos cenários, perdurando o simbolismo ancestral do lugar sagrado. Paraphrasing David Fontijn, podemos dizer que “*mounds attracted mounds*” (Fontijn, 2007: 73). Esta situação parece ter sido a estratégia de diversos grupos humanos, como foi possível constatar em algumas situações na Beira Alta.

Um dos casos mais emblemáticos e minuciosamente estudado encontra-se no extenso plateau da Sr.^a da Ouvida (Castro Daire) (Fig. 1 e 2). Cerca de três dezenas de pequenos *tumuli*, de distinta cronologia (entre c. 1450/1400 e 800 a.C.) e onde também estão presentes mamoaas de maior dimensão e volumetria dão corpo a um verdadeiro “*campo sagrado*” (Cruz e Vilaça, 1999). Cinco desses monumentos foram escavados, tendo sido possível verificar a inexistência de estruturas de tipo cista ou fossa; em seu lugar, lajes, blocos e depressões naturais no afloramento definiam espaços centrais. A presença de nítidos vestígios de restos de madeira carbonizada sob alguns dos *tumuli*, embora residuais, permitiram formular a hipótese de que corresponderiam a restos de incinerações efectuadas em pira nas imediações.

Um outro exemplo materializa-se na necrópole dos oito monumentos da Fonte da Malga (Viseu), dois dos quais megalíticos. Aqui se conjuga a dupla situação da inclusão de uma cista no *tumulus* do monumento 2 e a construção de novos monumentos não megalíticos, como o monumento 1, com 6 m de diâmetro, que possuía pequena cista central envolvida por *cairn* delimitado por círculo de pedras, atribuída ao Bronze Final também pelo fragmento cerâmico aí recolhido (Kalb e Höck, 1979) (Fig. 3).

Portanto, relativamente ao seu Passado, certas comunidades de finais da Idade do Bronze também se expressaram, na morte, de modo variável. Algumas conferiram e reforçaram a importância da carga simbólica de antigos lugares, com distintas soluções, num processo de aglutinação de temporalidades múltiplas. Trata-se de lugares cuja temporalidade é, na essência, “*a temporality of sequence*” (Lucas, 2005: 39).

3. Paisagens tumulares

Pequenos *tumuli* como estes que acabámos de comentar também podem ocorrer, aliás mais frequentemente, em áreas onde não há indícios de dólmenes (ou de estruturas mais antigas), como se verificou, por exemplo, com os quatro monumentos de Pousadão (Vila Nova de Paiva) (Cruz *et al.*, 2000) (Fig. 4).

Assim, e em paralelo com o fenómeno descrito no ponto anterior, outras realidades como esta,

materializada pela fundação de novos agrupamentos, parece traduzir uma dinâmica paralela, pelo menos a partir de finais do Bronze Médio-inícios do Bronze Final, agora pautada pela apropriação de novos territórios. Sem margem para dúvidas, “*as populações da Idade do Bronze não se limitaram à reutilização dos antigos sepulcros*”. Têm também, como bem notou Domingos Cruz, “*soluções próprias que passam pela construção de tumuli não monumentais*” (Cruz, 2001: 266).

Em síntese, o fenómeno caracteriza-se do seguinte modo: são pequenos *tumuli* que privilegiam cumeadas e plataformas sobranceiras aos vales; possuem diâmetros e volumetrias de reduzida expressividade na paisagem em termos topográficos, mas marcam-na visualmente pelo contraste bicromático resultante do uso recorrente de blocos de quartzo na cobertura dos seus *tumuli*, os quais, decerto, também assumiriam elevado poder simbólico; em alguns casos, na busca de uma maior marcação espacial, as populações parecem ter privilegiado a proximidade de afloramentos naturais, como ocorreu no Pousadão, implantados junto a expressiva concentração de afloramentos graníticos, numa simbiose em que cultura e natureza se con(fundem); as estruturas e conteúdos são diversos, com fossas, cistas, estruturas cistóides, espaços centrais definidos por blocos, cinzas, carvões, vasos ou fragmentos de vasos, restos de fogueiras, etc., variabilidade por vezes presente nos mesmos conjuntos, o que poderá indicar complexos rituais repartidos entre as várias construções com distinta função, especificamente funerária e relacionada com outras ações rituais no contexto de práticas associadas à morte (Cruz e Vilaça, 1999: 159; Cruz *et al.*, 2000: 147; Cruz, 2001).

Este último aspecto é importante, parecendo reflectir a repartição de acções e de gestos, por ventura complementares, por distintos espaços de uma mesma necrópole ou complexo funerário-ritual. O caso do grupo de *tumuli* da Casinha Derribada é particularmente sugestivo neste ângulo de análise (Cruz *et al.*, 1998).

Portanto, constroem-se *tumuli* que não servem de moradia aos mortos. São túmulos vazios, cenotáfios, sem corpos ou sequer mesmo com vestígios de seus restos, inumados ou cremados. Mas terão servido de espaços cerimoniais com aqueles conectados. As comunidades investem em memoriais da morte mas não explicitamente na sua preservação.

A cronologia está determinada para alguns casos: estamos perante fenómeno construtivo que poderá recuar ao Bronze Inicial, caso do monumento 2 da Serra da Muna (Viseu) (Cruz *et al.*, 1998 a), mas datando sobretudo de finais do Bronze Médio e Bronze Final, como revelaram o monumento 3 de Casinha Derribada (Viseu) (sécs. XV-XII a.C.) (Cruz *et al.*, 1998 b) e Senhora da Ouvida 7 (Castro Daire) (sécs. XIV-XII a.C.) (Cruz e Vilaça, 1999).

Todavia, a questão da cronologia é aspecto que importa aprofundar, admitindo-se a possibilidade de alguns poderem ter chegado à Idade do Ferro (Santos e Marques, 2007: 40), ou até mesmo a épocas históricas (Idade Média), cronologias, aliás, em que se enquadram construções similares de outras áreas peninsulares como algumas das mais de 1100 registadas na área pirenaica (Peñalver, 2005: 302). É muito plausível que o fenómeno se traduza por assinalável perduração no tempo, o que também poderia ajudar a entender a diversidade de situações, as quais não têm, por conseguinte, de ser entendíveis apenas por diferentes funções e tradições culturais, nem, tão-pouco, por modos distintos de organização económica, social, política e ideológica (Cruz *et al.*, 1998 b: 51).

A par destes pequenos monumentos com *tumuli*, uma outra realidade parece ter sido adoptada: também se construíram pequenos monumentos, ou recintos, mas desprovidos de *tumuli*. O melhor exemplo escavado é o de Travessa da Lameira de Lobos (Cujó, Castro Daire) (Fig. 5), monumento plano definido perifericamente por um círculo de pedras fincadas (Cruz e Vilaça, 1999: 132; Cruz, 2001: 331; Vilaça *et al.*, no prelo).

Embora com todas as diferenças, nomeadamente no tipo de estruturas interiores, esta solução de, física e simbolicamente se demarcar o espaço da morte por um anel pétreo, foi adoptada em outras situações como no Paranho, onde existia uma “*fila circular de pedras vedando um recinto*” (Coelho, 1925: 14) (Fig. 6).

Igualmente com diferenças que é necessário reconhecer, lajes colocadas originalmente em posição vertical e justapostas (Cardoso *et al.*, 1998: 328 e 331) também definiam o espaço das duas estruturas subcirculares do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco).

Deve ser ainda sublinhado que estes círculos pétreos protectores da morte podem incorporar outros marcadores simbólicos, como são as grafias que algumas lajes ostentam, tal como se observou na Travessa Lameira de Lobos, com a esmagadora maioria das lajes decoradas, quer com composições reticuladas, quer com semicírculos (Vilaça, *et al.*, no prelo).

A presença de lajes decoradas em estruturas funerário-cultuais de finais da Idade do Bronze já se conhecia da Casinha Derribada 3 (Mundão, Viseu), cuja fossa central, onde se depositaram quatro vasos, foi tapada por laje gravada com reticulado (Cruz *et al.*, 1998 b) (Fig. 7), matriz iconográfica que, a título hipotético, poderia ser assumida como metáfora de teia ou rede simbolicamente protetora do mundo dos mortos.

Mais certa é a necessidade de prosseguir o estudo deste tipo de monumentos que, como se viu nestas reflexões, e não obstante determinados elementos caracterizadores transversais, integram uma multiplicidade de situações nos mais diversos campos. E a verdade é que por detrás de uma aparente similitude, de um ilusório isomorfismo, as soluções parecem ter sido bem diversas.

Também nunca será demais sublinhar que entre todas essas realidades construtivas estão presentes estruturas não estritamente ou exclusivamente funerárias, se bem que relacionáveis com rituais mortuários, evocando cerimoniais de elevada complexidade (Vilaça e Cruz, 1999: 87). Ainda que com cronologia precisa por determinar, o interessante caso da pequena estrutura de Vale de Mós 1 (Oleiros) recentemente escavada (Caninas *et al.*, 2009), correspondendo a empedrado delimitado por anel pétreo periférico como que definindo uma espécie de plataforma a céu aberto e que, justamente, não prestou quaisquer vestígios de práticas incineratórias, integra-se nesses cenários performativos de índole cultural conexos à morte.

Por outro lado, à primacial descoberta e caracterização dos diversos núcleos da região de Viseu/Vila Nova de Paiva/Castro Daire, a seu tempo sistematizados (Cruz, 2001), com alguns conjuntos (ou elementos de conjuntos) escavados, registam-se, posteriormente, muitos outros agrupamentos de pequenos *tumuli* nos distritos de Aveiro, Coimbra, Guarda e Castelo Branco (Caninas *et al.*, 2008; 2009).

4. O poder do fogo

A importância dos rituais do fogo associados directa ou indirectamente às práticas funerárias na Idade do Bronze do Centro de Portugal é uma evidência que se expressa de distintos modos.

A afirmação da incineração não traduz apenas uma alteração de ritual. É, sobretudo, um paradigma diferente de entendimento da materialidade do corpo humano, que perde importância, pois é total ou parcialmente destruído, e não necessariamente depositado no seu todo, ou sequer só em parte. O certo é que o foco de atenção parece transferir-se do corpo físico para a sua memória vestigial ou imaterial, que se preserva através de outras práticas.

Também não expressa abandono de outras práticas, como os rituais de inumação, presentes na Roça do Casal do Meio, no Casal de Santo Amaro, ou na gruta de Medronhal (Condeixa-a-Nova) (Vilaça, 2008: 82). Mas não é possível saber se esse bi-ritualismo temporal (séc. XI/X-VIII a.C.) seria praticado por comunidades culturalmente distintas ou afins, nem qual (ou ambos?) dos dois prevaleceu nos séculos seguintes no Centro de Portugal.

Num outro registo, a ideia de que a incineração seria datável do Bronze Final e de que andaria exclusiva ou fundamentalmente a par da questão dos chamados "*Campos de Urnas*" deve ser muitíssimo relativizada. Em termos europeus, é bem sabido que a incineração foi praticada pelo menos desde o Neolítico Antigo (Zammit, 1991: 70, entre outros), sendo certo que se terá generalizado sobretudo, e em certas regiões (v.g. Hungria, Inglaterra), a partir do Bronze Antigo (Harding, 2003: 120).

A nível peninsular, ainda se continua a admitir a existência de três focos independentes em finais da Idade do Bronze—inícios da Idade do Ferro para a adopção da incineração: um continental, a partir da Catalunha, associado ao fenómeno dos “*Campos de Urnas*”; um mediterrâneo, fenício e/ou pré-fenício; um atlântico, chegado por via marítima, tal como o anterior (Pellicer Catalán, 2008).

A origem atlântica tinha sido já inicialmente defendida por Ana Bettencourt para o Noroeste da Península, remetendo o fenómeno para o Bronze Médio (Bettencourt, 1995: 113), cronologia recentemente corrigida pela própria investigadora mercê de novas evidências, que apontam agora para o Calcolítico Final (Bettencourt e Meijide, 2009).

A plausibilidade de uma quarta origem, na própria Península Ibérica, de feição multipolar, sem tal significar exclusão das demais, não deve ser negligenciada porque é também necessário reconhecer, para além das inequívocas discrepâncias cronológicas, que não há uniformidade no próprio ritual de incineração. Tome-se como exemplo, e focando-nos numa única necrópole — Les Moreres (Crevillante, Alicante) — a existência de cinco modos distintos de incineração datados do séc. IX-VII a.C., advogando o seu escavador uma origem autóctone para este ritual, a partir do Calcolítico (González Prats, 2002: 391).

O modo como tem sido formulada a questão talvez obstaculize o seu pleno entendimento. É que nem tudo o que é novo vem de fora, nem tudo o que se conhece é adoptado, nem o problema em si é redutível ao binómio inumação-incineração. Nem se pode abordar o problema com pressupostos radicais de substituição da primeira pela segunda (Vilaça *et al.*, 1999: 17). Entre estes dois estádios, há lugar para um terceiro, ou um outro, que, não correspondendo a incinerações formalizadas, recorre e manipula o fogo em práticas inumatórias.

Efectivamente, o poder material, e simbólico, do fogo, exercido sobre os corpos (e sobre o resto), não deve ser confundido em exclusivo com práticas de incineração dos corpos, com ou sem posterior recolha, total ou parcial, em urna, fossa, covacho, etc. Restos de esqueletos parcialmente queimados ou com vestígios de fogo têm sido reconhecidos em monumentos megalíticos, como testemunham, por exemplo, os da anta da Bola de Cera (Marvão) (Oliveira, 1998: 448 e 451). Não são propriamente inumações puras; não são incinerações tal como em norma se entendem. São uma e outra ao mesmo tempo, com o fogo a determinar a diferença, mas impotente para se afirmar por completo.

A questão passa ainda pelo facto de que os rituais do fogo também não se esgotam nas práticas funerárias com referência directa e exclusiva ao morto. Além delas, e com elas, a manipulação do fogo deverá ter sido muito mais recorrente do que julgamos, inclusive sem protecção e resguardo (v.g. cinzas espalhadas na terra ou lançadas à água), não sendo sempre fácil circunscrever a natureza específica do seu uso.

Portanto, é a própria reconceptualização dos conceitos de incineração, cremação e de rituais do fogo que deve ser colocada em cima da mesa.

No Centro do território português a problemática das práticas funerárias de rituais do fogo é tema em aberto. Até ao momento, não há indícios expressivos que permitam articulá-las com contextos megalíticos. Algumas pistas remetem, como testemunhos primevos, para meados do II milénio a.C., como indicam os vestígios identificados no monumento 2 da Serra da Muna (Viseu) (Cruz *et al.*, 1998 a), mas é possível que venham a ser identificados casos mais recuados no tempo. De todo o modo, evidências mais consistentes só surgem em contextos de finais da Idade do Bronze.

Sem dúvida que a identificação da necrópole do Paranho e sua posterior valorização, conforme já mencionado no início deste texto, é a referência fundamental e um bom exemplo de recolha em urna dos restos queimados, ossos humanos mas também restos de artefactos, nomeadamente em bronze, como revelou o recipiente da cista 2 (Cruz, 1997: 90) (Fig. 8).

Esta prática de recurso a contentor cerâmico para deposição dos restos de cremações humanas, acompanhados ou não de objectos também submetidos ao fogo, é conhecida em outros pontos do território português, mas com sugestiva distribuição ao longo do Tejo e sem dúvida como marca cultural do Bronze Final e Ferro Inicial.

5. A “Linha do Tejo”

Na fronteira sul da área analisada neste texto configura-se uma linha que reúne alguns dos mais interessantes testemunhos de incinerações datáveis de finais da Idade do Bronze ou inícios da fase seguinte. No seu conjunto, são mal conhecidos, mas algum significado terão pela incidência geográfica que apresentam. Não podem ser, evidentemente, dissociados da história milenar do rio enquanto eixo privilegiado de comunicação fluvio-marítima entre o Ocidente atlântico e o interior continental (Vilaça, 1995: 410-411; Vilaça *et al.* 1998: 38; Vilaça e Arruda, 2004: 39) nem da suposta difusão dos rituais de incineração por essa via interior e continental advogada por alguns investigadores.

Entre essas evidências contam-se o Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) onde se identificaram duas estruturas subcirculares, uma das quais com urna que parece ter recolhido exclusivamente ossos humanos (Cardoso *et al.*, 1998) (Fig. 9).

Caminhando para jusante, regista-se o interessante caso da mamoa do Souto 1 (Bioucas, Souto, Abrantes) (Cruz *et al.* 2011). Trata-se de urna depositada em covacho com restos ósseos resultantes de cremação, bem como fragmentos metálicos (possível bracelete) talvez queimados com o corpo, no interior da qual se encontrava um segundo recipiente também com cinzas e restos osteológicos humanos, para além de outros elementos orgânicos como sementes. Estes elementos encontravam-se na zona central de pequeno *tumulus* (6 m de diâmetro e c. 50 cm de altura) constituído por seixos, ou seja, recorreu-se à tradição construtiva tumular não monumental.

Souto 1, sendo mais um caso de incineração do Bronze Final, como revelam materiais e datação radiocarbónica (1125-903 cal BC) (Cruz, 2011: 146), é também mais um caso de deposição funerária com restos ósseos recolhidos em urna, embora com estruturação do espaço funerário bem distinto dos que encontramos no Paranho e no Monte de São Domingos.

Continuando o percurso pelo Médio Tejo, chegamos à região de Alpiarça onde encontramos importantes testemunhos em regra referidos na bibliografia como “*Campos de urnas de Alpiarça*”, desde os primeiros achados ocorridos em 1916 (principal bibliografia recolhida em Vilaça *et al.*, 1999). Trata-se, como é sabido, dos cemitérios polinucleados do Cabeço da Bruxa, Tanchoal e Meijão, pelo menos, cuja importância, não obstante a forma como nos chegou a maioria dos dados, vai muito além deles.

São múltiplas as questões em aberto, mas é óbvio que estamos perante situação não só completamente distinta das já referidas, sobretudo em termos construtivos e de organização espacial dos depósitos mortuários, como este caso, em si mesmo, congrega realidades bem heterogêneas, inclusive a nível cronológico. As necrópoles e sepulturas de Alpiarça, revelando algumas afinidades com certos contextos do designado “*grupo de Qurénima*”, oportunamente sistematizado (Lorrio, 2008), são bem merecedoras de reavaliação profunda e conjunta.

Atendendo apenas ao Tejo português, para além dos casos do Monte de S. Domingos, Souto 1, Tanchoal, Meijão e Cabeço da Bruxa, com dados objectivos e minimamente seguros, outros indicadores, infelizmente muito mal conhecidos, poderão, como hipótese de trabalho, ser associados à problemática que ora se discute. Referimo-nos a presumíveis deposições funerárias relacionadas com práticas de incineração na Quinta da Alorna (Almeirim), onde se recolheu vaso carenado com asa em circunstâncias de achado desconhecidas (Schubart, 1971: 166); em Salvaterra, onde se registou necrópole (Savory, 1951: 375); em Almoester, também necrópole, de que se conhece vaso completo de colo cilíndrico (Savory, 1951: 375; Spindler *et al.*, 1973-74: 129); em Santarém (sem precisão do local) referido como necrópole e sepulturas (Savory, 1951: 375; Spindler *et al.*, 1973-74: 144).

É certo que estas informações não oferecem, na sua esmagadora maioria, dados muito seguros, mas a concentração geográfica dos achados e sua proximidade a Alpiarça deverá ter algum significado que importaria aprofundar, começando, primeiro pela sua confirmação, depois pela sua atribuição cronológica.

Geradora de polémica desde o momento em que foram identificados os primeiros testemunhos na década de 20 do século passado, a cronologia do mundo funerário de Alpiarça não é questão totalmente

resolvida. Como se sabe, as únicas datações radiocarbónicas conhecidas são de um dos contextos do Tanchoal e inserem-no entre meados do séc. XI a.C. e inícios do séc. IX a.C. (Vilaça *et al.*, 1999). Mas, no seu conjunto, as várias necrópoles poderão e deverão expressar parâmetros cronológicos de mais largo espectro, desde finais do Bronze a inícios do Ferro.

Já os investigadores alemães que trabalharam na zona tinham defendido maior antiguidade para a necrópole do Cabeço da Bruxa relativamente às de Tanchoal e Meijão, tendo em conta a diferença de espólios (Kalb e Höck, 1981-82). E a identificação, entre o acervo existente na “*Casa Museu dos Patudos*”, de vários fragmentos de taças da “*sepultura F*”, assim designada por Gustavo Marques, no sítio de habitat do Alto do Castelo (Alpiarça), vem colocar não só novas questões em termos cronológicos, que parecem ter de passar também pela questão do “*Orientalizante*”, como interessantes problemáticas ao nível da organização espacial, com a morte a “*invadir*” o espaço dos vivos, assunto que, tal como o da problemática do binómio povoado/necrópole (com alguns dados interessantes a valorizar) no Bronze Final, não nos é possível desenvolver neste momento por limitações de espaço.

Em suma, toda esta zona do Médio Tejo português, envolvendo ambas as margens, revela-se, com todos os dados conhecidos e o potencial de outros que importa explorar, seja no âmbito específico das práticas funerárias, seja do povoamento em geral, como uma das regiões estratégicas e de vanguarda do estudo das dinâmicas sociais entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro do território português, mas de alcance bem peninsular pelas problemáticas que envolve.

Por outro lado, e apesar das particularidades dos casos que comentámos, desde a forma como se implantaram e materializaram no espaço, com ou sem marcadores de referência, ao tipo de estruturas e deposição dos restos cremados, associados ou não a materiais, encontra-se um denominador comum, i.e., a recolha em recipiente cerâmico dos restos cremados (só ossos ou ossos e materiais metálicos) como prática específica que se afirma na viragem do milénio.

Sendo certo que não lhe é exclusiva, o vale do Tejo parece ter sido região privilegiada neste domínio como veículo de transmissão desse novo ritual. Mas as soluções conhecidas, diferindo de caso para caso, expressam, e é isso o mais importante, o potencial criador das comunidades. Também aqui, e ainda que numa moldura geral comum definida pelo ritual de incineração, ele próprio sem normas apertadas, o que sobressai são as especificidades de cada situação. Para cada caso, uma face. A diversidade parece espelhar a coexistência de tradições, como pequenas estruturas tumulares, caso de Souto 1, a par da assimilação de um outro conceito de sepultura pautado pela total (?) invisibilidade e ausência, aparente, de espaços estruturados e independentes para cada urna, como parece ter ocorrido em Alpiarça.

6. A morte pública, insepulta e desprotegida

Chegados aqui, e voltando ao início, parece claro que em finais da Idade do Bronze a morte não desapareceu do registo arqueológico do Centro do território português. Está presente, expressa-se de distintos modos, de que vimos alguns exemplos, e chega por vezes disfarçada. E quando não chega, o que, inevitavelmente, nos arrasta para o campo da arqueologia não demonstrável, permite-nos admitir, ainda assim, outras hipóteses de trabalho.

À inumação, juntam-se e afirmam-se a incineração e o recurso à manipulação dos rituais de fogo, com manifestações bem distintas e nem sempre fáceis de recuperar. Mas talvez o fogo nem sempre tenha sido o único responsável pelas novas formas de se “*dialogar*” com a morte e de lhe incutir acentuada invisibilidade.

Sublinhámos já que a morte para estas sociedades sem escrita não seria um facto pontual e circunscrito ao domínio puramente biológico, antes um “*rito de separação*”, implicando um longo e complexo processo de preparação do corpo até à sua transformação, disposição, deposição. Ou antes, também, de exibição.

A prática da exposição de corpos em cenários de que não ficou rasto é por nós admitida como uma possibilidade muito verosímil (Vilaça e Cruz, 1999: 76; Vilaça, 2000: 40). E, ao contrário daqueles rituais, com inumações e incinerações resguardadas, este outro não tendo protecção, é visível e, conseqüentemente, público. A admissibilidade deste ritual tão subtil, fosse como forma de deposição definitiva dos corpos, quer dizer, com insepultamento, fosse como prática pré-deposicional, embora prolongada, num interlúdio ritual de manipulação dos corpos, decorre de algumas considerações.

Entre elas, destacamos aqui a que sugere práticas de desarticulação de ossos humanos, talvez o último elo de um prolongado processo em que a morte esteve temporariamente exposta, sujeita a derradeira fragmentação.

Este fenómeno, interessantemente discutido por Joana Brück em diversos trabalhos (v.g. Brück, 1995: 247; 253, 257), não só expressa uma nova forma de práticas não propriamente funerárias mas envolvendo restos humanos, como traduz, sobretudo, um outro entendimento da morte e do corpo. Trata-se de uma morte fragmentada, partida, redistribuída por diferentes contextos, adquirindo mobilidade (os mortos continuam a viajar), passando a acompanhar os vivos, ao invés de estes a (re)cultuarem ciclicamente em espaços próprios e fixos. O corpo transforma-se num bem que circula, entre pessoas, entre lugares (Fowler, 2004: 40), desempenhando papel activo, como qualquer outro objecto, na reprodução e renegociação social.

Num outro tipo de registo, e como já diversos investigadores sublinharam, sabe-se que a exposição dos corpos foi ritual praticado por antigas populações da Península Ibérica, como Vaceus e Celtiberos, conforme atestam fontes escritas (Claudio Eliano X, 22; Sílio Itálico Guerra Púnica, III, 340-343) e iconográficas, onde os cadáveres e guerreiros são devorados por abutres (v.g. Alfayé Villa, 2008: 296; Sopeña, 2005: 381).

A exposição dos corpos, conforme recentemente recordado (Esparza *et al.*, 2012: 115), também foi prática de outras épocas e lugares muito distintos, desde a Grécia dos “*Séculos Oscuros*” à África Negra, das pradarias da América do Norte dos anos oitenta do séc. XIX aos Parsi da Índia (Tillier, 2009: 8). Os mortos eram expostos aos elementos naturais para favorecerem o seu retorno à natureza, sobre as árvores ou em plataformas, que se convencionou designar de “*túmulos-plataforma*” ou “*air-burials*” (Fahlander e Oestigaard, 2008: 6).

Assim, se é certo que estas e aquelas informações não podem ser directamente importadas para o mundo peninsular de há 3000 anos, a verdade é que a origem do ritual de exposição dos corpos poderá ter sido bem mais antiga, e elas demonstram a potencial multiplicidade de situações em função dos tempos, dos lugares, das culturas. Neste sentido parece testemunhar o que é relatado naquele mesmo trabalho pelos colegas espanhóis ao defenderem, com pertinente argumentação (v.g. comprovativo de mordeduras de cães), que a exposição de cadáveres seria norma entre as comunidades de Cogotas I.

Insepulta, a morte, ao ser exposta, adquire, como referimos antes, inequívoco carácter público, propício ao envolvimento dos diversos actores sociais, o que contribuiria para reforço da identidade comunitária. Todavia, a sua exposição sendo inversamente proporcional à sua perenidade, não deixaria de ser também breve, configurando efémeras “*paisagens funerárias*”, que só podemos imaginar. Parece que quanto mais pública é a morte, mais difícil se torna capturar a subtileza dessa sua face. Uma vez desaparecidos os corpos, restava a memória dos mortos.

E todo o morto deveria ter um lugar para morar, ou para lembrar... Sabemos, porém, que só alguns o tiveram.

7. A memória d(n)os lugares

Nos finais da Idade do Bronze parece ser inequívoca a tendência para uma verdadeira despersonalização do corpo e, em particular, o triunfo de um paradigma diferente de entendimento da

materialidade do corpo humano, que é desvalorizado enquanto tal, perdendo existência, pois é total ou parcialmente destruído, nomeadamente pelo fogo, só em parte depositado, possivelmente espartilhado, espalhado, insepultado. Mas se o corpo dos mortos parece ter sido fisicamente desvalorizado, não o foram os mortos, que permanecem, de outra forma.

O foco de atenção transfere-se, assim, do corpo físico para a sua memória, que se preserva, colectiva e socialmente, através de outros rituais, de outras formas materiais, de outros referenciais. Digamos que, ao mesmo tempo que se elimina o corpo físico, constrói-se e inventa-se o corpo social, através da memória. A memória social, colectiva, partilhada, é, porém, uma memória curta, que se prolonga recorrendo-se a distintas estratégias.

Entre elas, e de todos os tempos, sobressai a construção de monumentos e, com eles, as cerimónias comemorativas (Connerton, 1999: 8, 47, 81). A implantação de um marco (estela, monólito, estátua-menir, etc.) num lugar com significado, ou a que se acresce significado, mercê da incorporação desse novo elemento cénico, foi prática, de remota origem, no Centro do território português. Também neste campo, apartando as terras interiores, onde tal se manifesta, da região mais litoral, onde se desconhecem, até hoje, e onde as estratégias terão sido distintas.

Nessas sociedades sem escrita, tal praxis deverá ter sido particularmente assertiva, e perene, porque também inscrita na pedra, como forma de as comunidades registarem o tempo e a sua própria história, i.e., conhecimento do (e com o) seu passado (Vilaça, 2011: 8). Esse auto-reconhecimento como reproduzidor social da memória, do sentido de lugar, de pertença, de identificação, deveria implicar acções — cerimónias comemorativas — envolvendo as comunidades, inclusive, vizinhas. As entidades que representam ou evocam assumem, nessa perspectiva, um valor colectivo e o lugar onde se encontram incorporadas um “*ponto de encontro*” e de reprodução de sociabilidade ciclicamente (re)visitado (Vilaça *et al.*, 2011: 310).

As comunidades reconhecem-se não só com e no lugar onde estão os seus mortos, mas igualmente com o lugar onde os seus mortos, i.e., também os seus antecessores, poderiam ser recordados. Desse modo, o lugar do morto é também o lugar onde é evocado, social, comunitária e publicamente. Sem sinalizarem sepulturas, de que não há evidências directas na região em análise (e quase nenhuma nas demais, mas ainda assim existindo), as estelas e estátuas-menires de finais da Idade do Bronze não deixam de auferir um potencial cariz para-funerário no sentido em que poder e morte, ancestralidade e memória se podem confundir, ou encontrar. Em zona de passagem, em área fronteiriça, ou em lugar de congregação entre vizinhos, por vezes sob o olhar altaneiro do povoado que não está longe, as estelas do Bronze Final, sem serem especificamente funerárias, não podem ser excluídas da problemática de discussão da morte.

8. Notas finais: As “*faces da morte*”

Dos elementos apresentados (ou recordados) e comentários desenvolvidos neste texto (Fig. 11), pode-se concluir que, tão certo quanto a morte, é a evidência arqueológica da sua existência no Centro de Portugal em finais da Idade do Bronze, como bem demonstram diversas datações radiocarbónicas (Fig. 12). Apesar da tendência genérica para uma certa “*desmaterialização*” do corpo humano.

Igualmente certo é que, nesta região, ela expressou-se de forma variável, de modo irregular, sem norma a nível geral. O bi-ritualismo — inumação e incineração — é um dos elementos mais expressivo nesse domínio, mas muitos outros foram aqui sublinhados. Tal é o caso da indelével presença de pequenos *tumuli* de tradição milenar que configuram verdadeiras paisagens “*patrimonializadas*”, porque se valorizam e conservam com novas praxis.

Dados, questões, hipóteses de trabalho, diversidade de práticas e de discursos identitários, uns mais vinculados ao passado, outros assumindo rupturas nos espaços, nos contextos, nos rituais, vimos tudo isto. Tão-pouco nos detivemos com o pormenor que mereceria a questão do chamado “*espólio funerário*”, pouco exuberante, parco e mesmo omissos em certos contextos conhecidos. A morte parece ter sido pouco

“*objectificada*”. Ou tê-lo-á sido recorrentemente nos depósitos, sobretudo metálicos, mas que mereceram seus espaços próprios? Quando presente, a maior parte dos espólios reporta-se a cerâmicas, algum metal que, na época, é marginal em contexto funerário explícito.

Como é sabido, este foi antes sacrificado em outros tipos de contexto, os normalmente designados “*depósitos*”. Ainda assim, o metal está presente, em enterramentos funerários tão diversos como Paranho, Roça do Casal do Meio, Alpiarça, Medronhal, Souto 1, etc. E não exclui o ouro, como sugere o colar de Casal de Santo Amaro. Em todos eles predominam os “*adornos pessoais*” metálicos, espelhando a importância do indivíduo enquanto pessoa. Inexpressiva é a presença de armas, o que contrasta com a preferência pelos adereços pessoais e ornamentos, sobretudo braceletes (Fig. 10), alguns também submetidos ao fogo, revelando bem como determinados materiais possuíam maior peso semiótico do que outros.

Do ponto de vista social, é inequívoca a tendência para um tratamento individualista da morte, com um crescendo cunho pessoal. Ainda assim, prevalecem cemitérios com diversos enterramentos, por ventura familiares. As relações de parentesco parecem ser, assim, predominantes. Mas não podemos descartar outro tipo de relacionamento, como os vínculos de fidelidade, que marcarão os tempos vindouros. Indagar a problemática dos normalmente designados “*mortos de acompanhamento*” (Testart, 2009), numa versão voluntária ou imposta por preceitos sociais, é caminho em aberto e discutível, por exemplo, com os dois enterramentos varões da Roça do Casal do Meio.

Em síntese, as comunidades replicaram com diversas respostas ao desafio da morte. Não é fácil determinar os motivos para tal polissemia de comportamentos e de atitudes perante a morte. Condicionismos ambientais e economias diferenciadas; distintas tradições, crenças e influências; preceitos sociais, etários e de género; e de “*estado civil*”, pois uma mulher casada é diferente de uma solteira e uma mulher que foi mãe distingue-se de todas as demais; tipos de morte — acidental, natural, infligida, em combate — que diferenciam os mortos; tempos de mudança, em que o “*Outro*” se revelava firmemente, inclusive com a sua presença, pelo incremento das viagens e intensificação dos contactos: eis algumas hipóteses a explorar, caso a caso, que ditaram o que fazer com e do corpo humano, materialmente inerte, mas com um poder simbólico enorme.

Por isso, é imprescindível prosseguir, investigando, pois nunca serão suficientes dados e contextos para chegar mais perto da forma como os vivos, já mortos, lidaram com os seus mortos, conceberam o mundo, criaram a sua ideologia.

É também neste sentido que não se subscreve uma pura “*arqueologia da morte*”, mas dos vivos, mesmo que seja aquela o centro das atenções, dos vivos centrada nas suas acções, opções, ilusões e estratégias sociais. Na sua mundividência, a morte é omnipresente. E, no Centro de Portugal, reflecte-se com várias faces.

Bibliografia

- Alfayé Villa, S. (2008) – “Iconografia, identidade y sociedade”, *Gallaecia*, 27, p. 285-304.
- Belén, M., Escacena, J.L.; Bozzino, M.I. (1991) – “El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Iberica. I. Analisis de la documentation”, *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 225-256.
- Bettencourt, A. (1995) – *Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, SEC/IPM/MNA, p. 110-115.
- Bettencourt, A. e Meijide Cameselle, G. (2009) – “Agro de Nogueira, Melide, A Coruña: novos dados e novas problemáticas”, *Gallaecia*, 28, p. 33-40.
- Bradley, R. (1998) – *The Significance of Monuments. On the shaping of human experience in Neolithic and Bronze Age Europe*, Routledge, London.
- Brück, J. (1995) – “A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain”, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 61, p. 245-277.
- Caninas, J.C., Henriques, F., Batista, A., Monteiro, M., Chambino, M., Henriques, F.R., Canha, A. e Carvalho, L. (2009) – “Estruturas monticulares antigas na fronteira Sul do concelho do Sabugal”, *Sabucale*, 1, p. 21-38.
- Caninas, J.C., Sabrosa, A., Henriques, F., Monteiro, J.L., Carvalho, E., Batista, A., Chambino, M., Henriques, F.R., Monteiro, M., Canha, A., Carvalho, L., Germano, A. (2008) – “Tombs and rock carvings in the Serra Vermelha and Serra de Alvéolos (Oleiros, Castelo Branco)”. In Bueno-Ramirez, P., Barroso-Bermejo, R., Balbín-Berhmann, R. (eds.) *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*, BAR, IS 1765, Oxford, p. 89-102.
- Cardoso, J.L. (1999-2000) – “Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, p. 355-414.
- Cardoso, J.L. (2000 a) – “Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A.C.): breve síntese”, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, V, Porto, p. 61-79.
- Cardoso, J.L. (2000 b) – “A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura”, *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, 2, Lisboa, p. 243-251.
- Cardoso, J.L. (2011) – “A estela antropomórfica de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova): seu enquadramento nas estelas peninsulares com diademas e ‘colares’”. In Vilaça (coord.) *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, *Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal*, p. 89-116.
- Cardoso, J.L., Caninas, J.C., Henriques, F. (1998) – “Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Castelo Branco)”. *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 325-345.
- Coelho, J. (1925) – *A Necrópole do Paranho*, Viseu, Tipografia popular /ed. do autor.
- Connerton, P. (1999) – *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta editora.

- Cruz, A.R. (2011) – “A Pré-história Recente no Vale do Baixo Zêzere”, *Arkeos*, 30, CEIPHAR, Tomar.
- Cruz, A.R., Graça, A, Batista, A. (2011) – “Recente Prehistory and Protohistory in Abrantes and Constância council (Portuguese Middle Tagus) – The research preliminary state”. In Bueno Ramírez, P., Cerrillo Cuenca, E., González Cordero, A. (eds.) *The Prehistory of the Inner Tagus Region*, BAR ie, 2219, Oxford, p. 93-109.
- Cruz, D.J. (1997) – “A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, V, p. 85-109.
- Cruz, D.J. (1998) – “Expressões funerárias e cultuais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.)”, *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 149-166.
- Cruz, D.J. (1999) – “A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela). Resultados das datações radiocarbónicas”, *Estudos Pré-históricos*, VII, p. 263-270.
- Cruz, D.J. (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História Recente*, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (tese de doutoramento, policopiada).
- Cruz, D.J. e Vilaça, R. (1999) – “O grupo de tumuli da Senhora da Ouvida (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Pré-históricos*, VII, p. 129-161.
- Cruz, D.J. e Santos, A. (2011) – “As estátuas-menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta”. In Vilaça (coord.) *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas*, Sabugal, p. 117-142.
- Cruz, D.J., Gomes, L.F., Carvalho, P.S. (1998 a) – “Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação”, *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 375-395.
- Cruz, D.J., Gomes, L.F., Carvalho, P.S. (1998 b) – “O grupo de tumuli da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5”, *Conimbriga*, 37, p. 5-76.
- Cruz, D.J., Vilaça, R., Santos, A.T., Marques, J.N. (2000) – “O grupo de tumuli do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, VIII, p. 125-150.
- Esparza Arroyo, A., Velasco Vázquez, J., Delibes de Castro, G. (2012) – “Exposición de cadáveres en el yacimiento de Tordillos (Aldeaseca de la Frontera, Salamanca). Perspectiva bioarqueológica y posibles implicaciones para el estudio del ritual funerario de Cogotas I”, *Zephyrus*, LXIX, p. 95-128.
- Fahlander, F. e Oestigaard, T. (2008) – “The materiality of death: bodies, burials and beliefs”. In Fahlander e Oestigaard (ed.) *The Materiality of Death*, BAR, is 1768, Oxford, p. 1-16.
- Fontijn, D. (2007) – “The significance of ‘invisible’ places”, *World Archaeology*, 39 (1), p. 70-83.
- Fowler, C. (2004) – *The Archaeology of Personhood*, Routledge, London.
- García Sanjuán, L. (2005) – “Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo del Suroeste de la Península Ibérica en el II y I milénios ANE.”, *Trabajos de Prehistoria*, 62 (2), p. 85-119.
- González Prats, A. (2002) – “La necropolis de cremación de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España – s. IX-VII AC)”, Alicante, *III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*.

- Harding A.F. (2003) – *Sociedades europeas en la Edad del Bronce*, Barcelona, Ariel Prehistoria.
- Kalb, Ph. (1994) – “Reflexões sobre a reutilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze”, *Estudos Pré-históricos*, II, p. 415-426.
- Kalb, Ph. e Höck, M. (1979) – “Escavações na necrópole de mamoaas “Fonte da Malga” – Viseu, Portugal”, *Beira Alta*, XXXVIII (3), p. 593-604.
- Kalb, Ph. e Höck, M. (1981-82) – “Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979”, *Portugália*, nova série, 2-3, p. 61-69.
- Lorrio, A.J. (2008) – *Qurénima. El Bronce Final del Sureste de la Península Ibérica*, Real Academia de la Historia, Universidade de Alicante, Madrid.
- Lucas, G. (2005) – *The Archaeology of Time*, Routledge, London.
- Pellicer Catalán, M. (2008) – “Los inicios del rito funerário de la incineración en la Península Ibérica”, *Tabona*, 16, p. 13-35
- Peñalver, X. (2005) – *Los crómlech pirenaicos*, Bolskan, 22.
- Santos, A.T. e Marques, J.N. (2007) – “Os tumuli do Rochão (Castro Daire, Viseu)”, *Conimbriga*, 46, p. 27-51.
- Savory, H.N. (1951) – “A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa”, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), p. 323-377.
- Schubart, H. (1971) – “Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste Peninsular”, *Trabajos de Prehistoria*, 28, p. 153-182.
- Silva, A.M. e Cunha, E. (1997) – “As incinerações da Necrópole do Paranho: abordagem antropológica”, *Estudos Pré-históricos*, V, p. 111-119.
- Sopeña, G. (2005) – “Celtiberian ideologies and Religion”, *Journal of Interdisciplinary Celtic Studies e-Keltoi*, 6, p. 347-388.
- Spindler, A., Branco, A.C., Zbyszewsky, G., Ferreira, O.V. (1973-74) – “Le monument à coupole de l’âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LVII, p. 91-154.
- Testart, A. (2009) – “Partir dans l’au-delà accompagné ou le rôle des fidélités personnelles dans la genèse du pouvoir”. In Guilaine, J. (dir.) *Sépultures et sociétés. Du Néolithique à l’Histoire, Séminaire du Collège de France*, Éditions Errance, Paris, p. 71-80.
- Tillier, A.-M. (2009) – *L’homme et la mort. L’émergence du geste funéraire durant la préhistoire*, Paris, CNRS Éditions.
- Vilaça, R. (1995) – “Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e sul) nos finais da Idade do Bronze”, 2 vols., *Trabalhos de Arqueologia* 9, Lisboa, IPPAR.
- Vilaça, R. (1999) – “Some comments on the archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira

Interior”, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, p. 173-184.

Vilaça, R. (2000) – “Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior”. In Ferreira, M.C., Perestrelo, M.S., Osório, M., Marques, A. (eds.) *Beira Interior. História e Património* [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior], Guarda, p. 31-50.

Vilaça, R. (2008) – “No rasto do Bronze final do Centro-sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos”. In Callapez, P.M., Rocha, R., Marques, J., Cunha, L, Dinis, P. (eds.) *A Terra: conflitos e ordem. Homenagem ao Professor Ferreira Soares*, Coimbra, p. 75-88.

Vilaça, R. (2011) (coord.) – “Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história”, *Actas das IV Jornadas Raianas*, Sabugal.

Vilaça, R. (no prelo) – “Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação”, *Estudos Pré-históricos*, 17, 2012.

Vilaça, R. e Arruda, A.M. (2004) – “Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro”, *Conimbriga*, XLIII, p. 11-45.

Vilaça, R. e Cruz, D.J. (1999) – “Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, *Arqueologia*, 24, Porto, GEAP, p. 73-99.

Vilaça, R. e Cunha, E. (2005) – “A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos”, *Al-madan*, II série, 13, p. 48-57.

Vilaça, R., Cruz, D.J., Gonçalves, A.H.B. (1999) – “A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém)”, *Conimbriga*, XXXVIII, p. 5-29.

Vilaça, R., Santos, A., Porfírio, E., Marques, J., Canas, N. (1998) – “Lugares e caminhos no mundo pré-romano da Beira interior”, *Cadernos de Geografia*, 17, p. 35-42.

Vilaça, R., Santos, A.; Gomes, S. (2011) – “As estelas de Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico”. In Vilaça (2011) *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, *Actas das IV Jornadas Raianas*, Sabugal, p. 293-318.

Vilaça, R., Cruz, D.J., Santos, A., Marques, J.N. (no prelo) – “Encenar a morte, ritualizar o espaço: o Monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal)”. In *Colóquio Internacional Architectures funéraires et mémoire: la gestion des nécropoles en Europe Occidentale (Xe-IIIe siècle A.C.)*, Madrid (Casa de Velázquez, 2014).

Zammit, J. (1991) – “Les sépultures préhistoriques et le feu: utilisation rituelle, crémations et incinérations”, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 88 (3), p. 70-72.



Figura 1 - Vista geral da Sr.^a da Ouvida com localização dos *tumuli* 13, 12, 11 e 10; ao fundo a ermida (seg. Cruz e Vilaça).



Figura 2 - Monumento 7 da Sr.^a da Ouvida (seg. Cruz e Vilaça).



Figura 3 - Monumento 1 de Fonte da Malga no final da escavação (seg. Kalb e Höck).

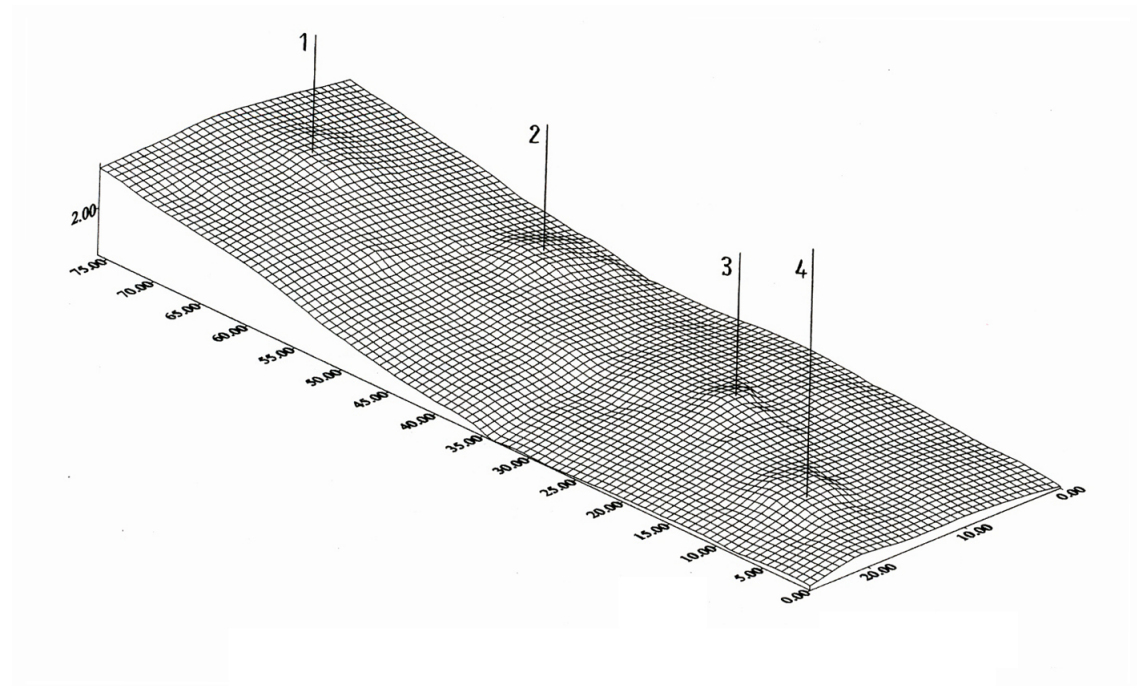


Figura 4 - Sinalização dos tumuli 1, 2, 3 e 4 do Pousadão segundo a direção O.SO-E.NE. (seg. Cruz *et al.*).



Figura 5 - Travessa da Lameira de Lobos (seg. Vilaça et al.).



Figura 6 - Necrópole do Paranho (seg. J. Coelho, Caderno manuscrito).



Figura 7 - Monumento 3 da Casinha Derribada
(seg. Cruz *et al.*).



Figura 8 - Urnas com ossos calcinados da necrópole do Paranho.



Figura 9 - Estrutura circular do Monte de São Domingos
(seg. Cardoso *et al.*).



Figura 10 - Urna com cinzas e braceletes da necrópole do Tanchoal
(Foto de A. Roldão).

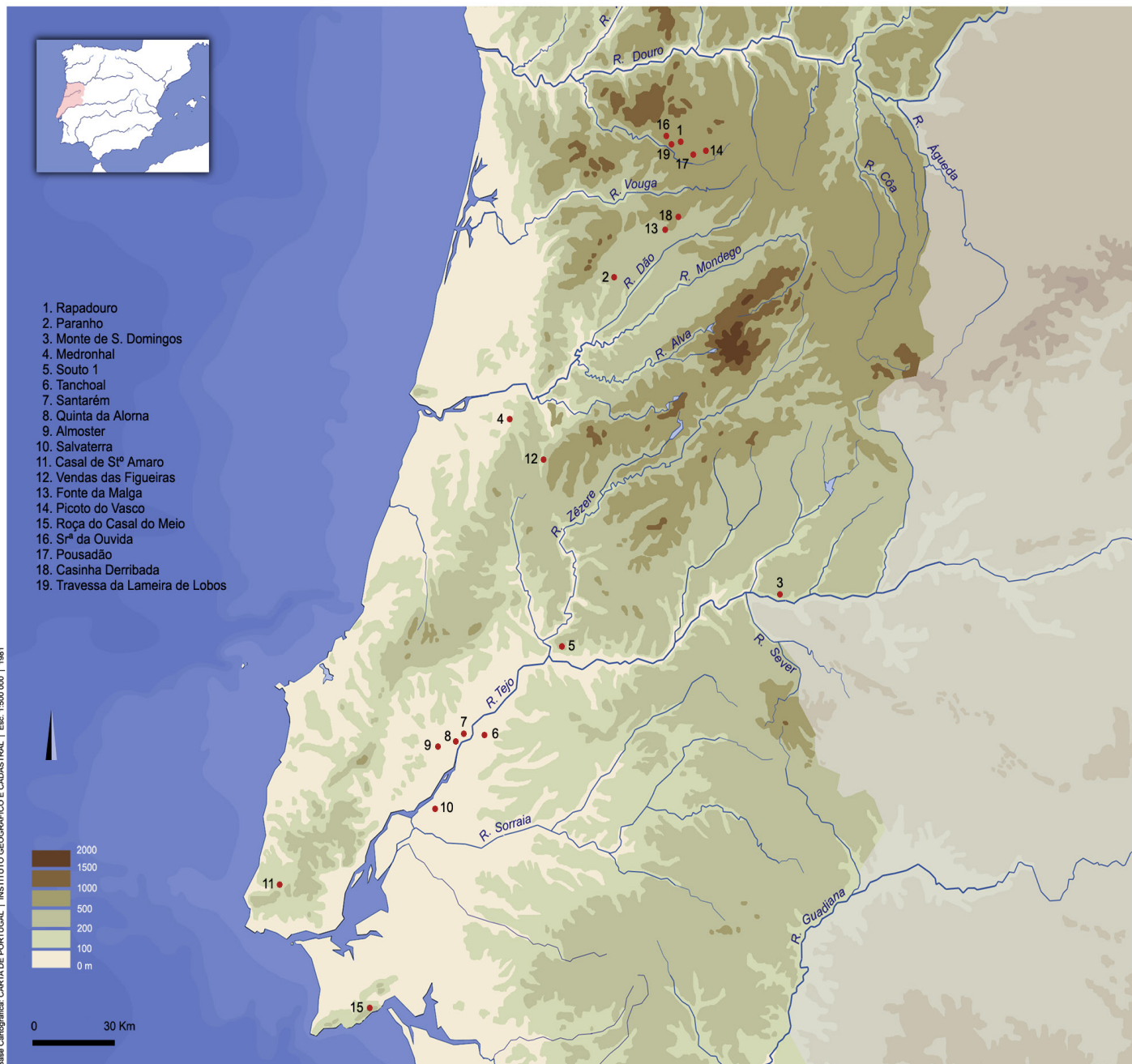


Figura 11 - Estações referidas no texto (localização aproximada).

Incineração/ inumação. Centro de Portugal

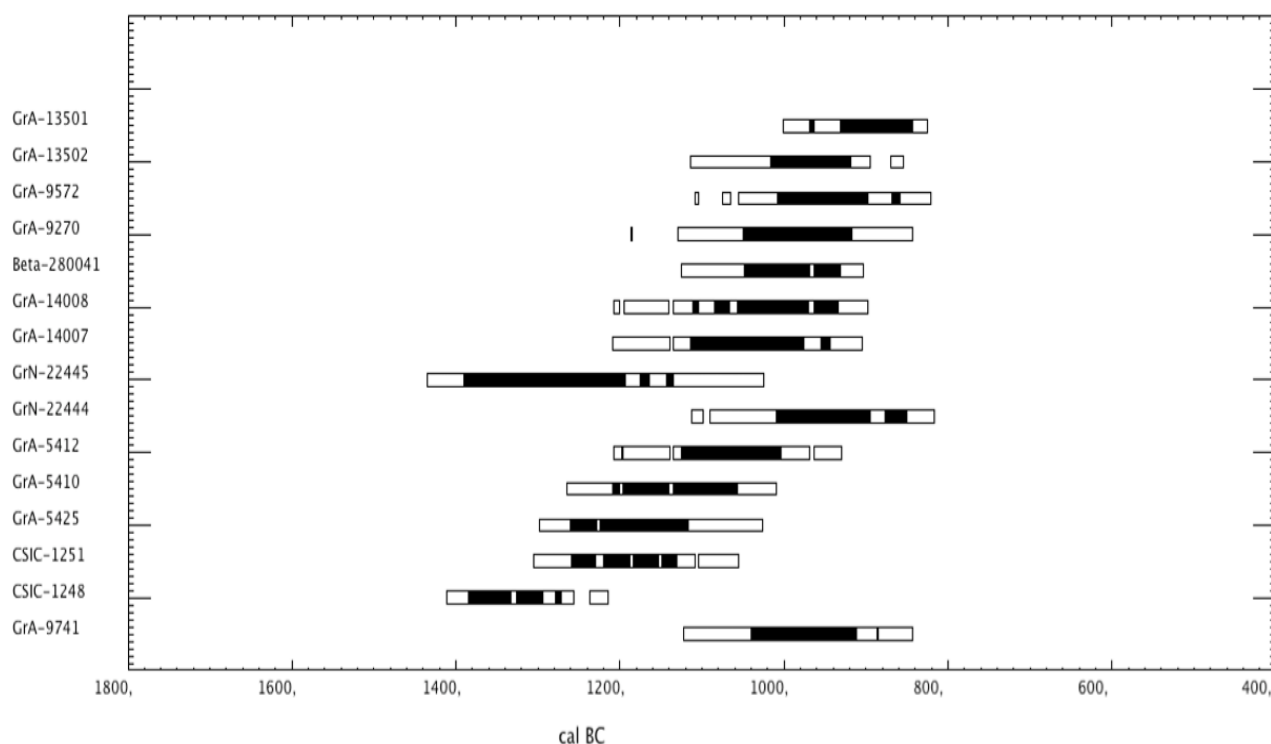


Figura 12 - Datas de Carbono 14 relativas a contextos funerários de finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal.

(“Radiocarbon Calibration Program rev. 6.1.0”, Stuiver, M. et Reiner, P.J., 1998, *Radiocarbon* 35, 215-230; Reimer *et al.*, 2009. PJ Reimer, MGL Baillie, E Bard, A Bayliss, JW Beck, PG Blackwell, # C Bronk Ramsey, CE Buck, GS Burr, RL Edwards, M Friedrich, PM Grootes, # TP Guilderson, I Hajdas, TJ Heaton, AG Hogg, KA Hughen, KF Kaiser, B Kromer, # FG McCormac, SW Manning, RW Reimer, DA Richards, JR Southon, S Talamo, # CSM Turney, J van der Plicht, CE Weyhenmeyer (2009) *Radiocarbon* 51:1111-1150).

|Roça do Casal do Meio: GrA-13501 e GrA-13502

|Tanchoal: GrA-9572 e GrA-9270

|Souto 1: Beta-280041

|Paranho, cista 4: GrA-14008

|Paranho, cista 4: GrA-14007

|Paranho, cista 4: GrA-22445

|Paranho, cista 3: GrA-22444

|Paranho, cista 2: GrA-5412

|Paranho, cista 2: GrA-5410

|Paranho, cista 1: GrA-5425

|Senhora da Ouvida 7: GrA-1251

|Senhora da Ouvida 7: GrA-1248 e GrA-9741